

*A representação da memória ancestral nas personagens negras, no romance Úrsula de
Maria Firmina dos Reis*

Josilene Dos Santos Sousa¹

Orientadora: Prof.^a Dra. Algemira de Macêdo Mendes²

Introdução

A obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, foi publicada em 1859 e tem em sua composição aspectos que tocam em questões como a escravidão, além disso, revela várias nuances dos personagens negros em um período escravocrata. *Úrsula* (1859) é narrada no âmbito do século XIX e evidencia as questões características da época que se fazem presentes de maneira indireta no enredo do romance.

Dentre os personagens de *Úrsula*, cabe destacar Preta Susana e Túlio. Preta Susana é retratada na obra como uma mãe e mulher que foi vítima das crueldades da escravidão no Brasil, ao ser capturada e levada no navio negreiro, sem poder de voz e com sua liberdade subtraída. Túlio é um jovem que luta contra sua condição de escravizado. Assim, vemos que o desenrolar da narração mescla visões com o pano de fundo histórico da narrativa com foco em um grupo social invisível e oprimido: os escravizados.

Andreta e Alós (2013, p. 197), nessa perspectiva, afirmam que “a estratégia discursiva de fazer da escrita literária uma possibilidade de dar voz para os antepassados é usada por Maria Firmina dos Reis em *Úrsula*”. Diante disso, é perceptível no romance que, através da voz dos personagens negros, em *Úrsula* é possível ver questões tratadas historicamente sob o ponto de vista dos personagens afro-brasileiros, como as temáticas: escravidão, discriminação racial e ancestralidade. Nesse sentido, as memórias dos personagens são apresentadas no romance como agentes importantes de suas construções, além de abordar questões relacionadas à condição do negro no decorrer da história de escravidão no Brasil.

Com isso, é possível afirmar que a memória ancestral em *Úrsula* é um aspecto muito significativo tanto para a construção do romance quanto para a abordagem desse tema por uma perspectiva literária. É possível fazer o estabelecimento de uma relação entre memória e

¹ Graduada em Letras/Literatura Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), mestranda em Teoria Literária pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/PPGLetras), campus São Luís, e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

² Prof.^a Dra. Algemira de Macêdo Mendes, possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (1993), Mestrado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Bolsista de Produtividade do CNPQ-2 -Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(2006) com estágio de doutorado sanduíche em Coimbra-PT(2005). Professora Associada IV-da Universidade Estadual do Piauí-Professora Emérita da Universidade Estadual do Maranhão. Atua no PPGL das duas IES. Coordena o Núcleo de Estudos Literários Piauienses-NELIPI, NELG e Membro do Comitê Institucional de Pesquisa da UESPI, Conselho Editorial das revistas Pesquisa em Foco (UEMA) e Letras em Revista/UESPI, Membro do conselho editorial da EDUESPI.Membro do CLEPUL-Universidade de Lisboa.

a obra de Maria Firmina dos Reis, tendo em vista fatos e pensamentos que permanecem em diferentes tempos históricos, trazidos através das representações realizadas por meio de seus personagens, como Susana e Túlio, que retratam sua história de vida em meio à escravidão.

Diante disso, a metodologia se constitui de uma análise crítico-social e bibliográfica sobre a narrativa, com o intuito de analisar a perspectiva sobre as memórias dos personagens negros da obra, Susana e Túlio, evidenciando como esses elementos se fazem importantes na construção memorialística. Nessa perspectiva, o presente artigo aspira analisar a representação da figura do negro na obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis, discutindo o valor histórico da obra, e acerca da memória ancestral.

A autora e a obra

Maria Firmina dos Reis foi a primeira autora mulher que escreveu um romance abolicionista da literatura brasileira. Nascida no bairro de São Pantaleão em São Luís, Maranhão, no dia 11 de outubro de 1825, foi registrada por João Esteves e Leonor Felipa dos Reis, e tinha um grau de parentesco com o escritor maranhense Francisco Sotero dos Reis. A autora formou-se professora e conquistou o título de Mestra da régia em um concurso cadeira de orientação pública em Guimarães, MA.

O romance *Úrsula*, foi redescoberto em 1962, em sua versão original, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, por um historiador e bibliófilo paraibano chamado Horácio de Almeida, que identificou que a autora usava o pseudônimo “Uma Maranhense...” no Dicionário por Estados da Federação, de Otávio Torres, assim, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (Lobo, 1993, p. 224). E José Nascimento Moraes Filho, em sua jornada por Guimarães, se deparou com vários textos de Maria Firmina Reis, cem anos após a publicação de *Úrsula*.

Nessa perspectiva, percebe-se que o próprio fato de Maria Firmina dos Reis ser negra e mulher, em uma época adversa a essas características, já é um grande sinal da memória sendo vista por outro viés, através da literatura, tendo em vista que a escrita mantém, entre outros aspectos, uma relação direta com as memórias de quem a realiza. A validade de tal feito é ainda mais evidente ao se perceber as dificuldades encontradas no caminho, como pode ser observado na afirmação de Duarte (2005, p. 133):

Como era comum numa época em que as mulheres viviam submetidas a inúmeras limitações e preconceitos, a autora omite seu nome tanto na capa quanto na folha de rosto de *Úrsula*, ali consignado o pseudônimo “Uma Maranhense”... Desta forma, a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se, [...], ao tratamento absolutamente inovador

dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro. O resultado é que uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Silvio Romero e José Veríssimo a ignoraram. E muitos dentre os expoentes de nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes.

Há na afirmação de Duarte (2005), em suma, os principais motivos pelos quais a obra de Maria Firmina dos Reis ficou à margem dos estudos em literatura durante tanto tempo, tendo a necessidade de ser rememorada atualmente, redescoberta por José Nascimento Morais Filho, em sua obra *Maria Firmina: Fragmentos de uma vida*, em São Luís, no ano de 1975, no Maranhão, e estudada por diversos teóricos da área como: Algemira de Macêdo Mendes, em sua tese de doutorado intitulada: *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da literatura Brasileira: Representação, imagens e Memórias nos séculos XIX e XX*, e seu livro: *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente Brasileira: Revisitando o cânone*.

A autora, ao escrever uma obra que além de trazer temáticas sobre a abolição, preconceito racial e a ancestralidade, posiciona personagens negros escravizados que estão à frente dos seus próprios discursos. Correlacionado com as reflexões de Duarte (2005) sobre o romance, é possível perceber a importância da questão escravista na narrativa. O crítico enfatiza que, do ponto de vista formal, o texto é linear e alguns personagens não possuem uma complexidade psicológica significativa. Porém, a narrativa ganha corpo enquanto são cada vez mais inseridos os personagens escravizados: Suzana e Túlio. Com isso, a representação da escravidão na obra, através dos personagens, torna-se uma parte fundamental do romance.

Na época em que foi escrita, e no decorrer dos tempos, a obra *Úrsula* trazer o tema abolicionista na trama é visto como uma inovação em seu *corpus* literário, possibilitando em sua obra um viés antiescravista, com personagens negros que possuem fala na trama. Dessa forma, segundo Agenor Gomes (2022, p. 41):

A abordagem da temática abolicionista por Maria Firmina dos Reis, no Regime do cativeiro, é uma inovação na produção romanesca brasileira. Do século XIX. Os personagens de *Úrsula* traduzem o sentimento da opressão da escravidão do ponto de vista do negro escravizado. A romancista, ao ampliar a voz das vítimas da diáspora. Assume posição política de condenação à escravidão. (Gomes, 2022, p. 41).

Krachenski (2018, p. 54), em suas palavras, vem confirmar este pensamento, uma vez que entende que *Úrsula* é inovador por diferentes motivos, pois “marca uma importante diferença discursiva que se opõe profundamente ao abolicionismo hegemônico na literatura brasileira até então”. A autora segue seu raciocínio afirmando que, na época, *Úrsula* apresenta

uma solidariedade com a figura do escravizados que é totalmente nova, dotando as vítimas da escravidão de humanidade e complexidade.

Memória ancestral e os personagens

Somente em 1920 a memória foi entendida como uma habilidade mental pessoal. Sua função é explicada, em muitas ocasiões, pelo viés da biologia, especificamente no campo da neurologia, como a capacidade cerebral de armazenar informações sobre diferentes fatos e assuntos. Para além do campo neurológico, a memória ocupa um lugar importante entre as maneiras pelas quais os fatos, principalmente históricos, podem ser revistos e analisados. Jacques Le Goff (1996) diz que a memória é um elemento extremamente importante para os modos pelos quais a identidade humana se organiza, tanto em seu sentido individual quanto na sua esfera coletiva.

A perspectiva de Le Goff (1996) aponta, então, para uma perspectiva da memória que a insere no meio social enquanto influencia a identidade humana e faz com que os indivíduos se relacionem entre si nas diferentes esferas sociais, estando eles inseridos em grupos que, através da memória, podem ser privilegiados. Desse modo, há de se considerar os modos pelos quais a memória se faz presente nas relações sociais em diferentes níveis no decorrer do tempo. Martins (2007, p. 37) afirma que “tornou-se lugar comum na cultura contemporânea lidar com três categorias fundamentais relativas à memória: lembrar, esquecer, comemorar”. No trecho a seguir, retrata este rememorar da personagem Susana, a qual rememora a sua liberdade:

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou: — Sim, para que estas lágrimas?... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ah! Eu a gozei na minha mocidade! (Reis, 2018, p. 120).

O processo de esquecimento sobre a memória ancestral dos povos escravizados, método na qual o colonizador idealizava, para que os negros não fugissem ou sentir falta de sua casa (cultura). Populações negras escravizadas ao longo de nossa história, ao desembarcar no porto onde chegavam os navios negreiros, eram separados de seus entes queridos como tática dominante ou por precaver uma possível rebelião, mantendo-os afastados dos laços familiares e daqueles que falavam a mesma língua. Antes de cruzar o Atlântico, os escravos eram obrigados a realizar um ritual em torno de uma árvore chamada Baobá³:

³ O Baobá, também conhecido como baobá ou calabaceira, é uma árvore nativa do continente africano e da Austrália. É muito importante para o povo da África e é considerado um símbolo de fertilidade, abundância e

A história das culturas afrodescendentes é tradicionalmente marcada por embates e discussões que envolvem reflexões sobre a temática da memória, da história, da identidade e dos desempenhos. Este debate tem seus marcos originais na história do tráfico e na existência de um ritual que envolvia circular em torno da “árvore do esquecimento” para garantir imunidade ao “banzo” e, principalmente, o apagamento dos nomes e das tradições culturais daqueles que seriam embarcados à força para diáspora. Assim, as várias tradições culturais africanas da diáspora sempre lidaram com esforços individuais e coletivos de guarda e preservação, reconstituição e reorganização de pedaços, narrativas, cânticos e performances, tecidos e traços, plantas e costumes, entre outras bagagens que, com os corpos e almas, atravessaram o Atlântico. (Souza, 2007, p. 30-31).

Além do ritual de contornar a “Árvore Esquecida”, outras situações também podem confirmar que os colonos estão interessados em “apagar” a memória do colonizado, porque, por exemplo, a organização da escravidão nas Américas, desde negros na África, designados escravos em áreas onde o regime se mantinha, porque não preocuparamem manter as famílias unidas ou as hierarquias africanas, mas eles separaram pais de filhos, maridos de esposas, reis e súditos; velhos, adultos e crianças são escravizados sem respeito por sua idade ou identidade representam a cultura africana.

Com relação à história das representações negativas construídas sobre os negros ao longo do tempo, vemos como a memória coletiva está enraizada no imaginário social, seja branco ou preto. Tais táticas possuem o objetivo de fazer com que os negros esqueçam suas histórias de luta e libertação, uma vez que os colonizadores preconizavam sobre os povos escravizados, o distanciamento sobre sua origem e cultura, na tentativa de embranquecimento e impor suas religiões. Assim sendo, a memória, em sua construção social, de acordo com Martins (2007), é realizada a partir de uma relação estabelecida entre a memória subjetiva dos atores presentes e a memória subjetiva de atores futuros, pois, nesse sentido, é necessária uma certa reflexão para que a resultante disso seja perceptível e tenha validade. Assim, Martins assevera:

Distinguir entre a memória subjetiva dos atores presentes e a memória subjetiva dos indivíduos futuros é um instrumento útil na intersecção entre memória atual e historiografia reflexiva. Com efeito, a memória pretende ser a depositária (que se pretende fiel) do passado no qual o agente esteve envolvido (direta ou supostamente). A historiografia pretende ser a produtora da apropriação correta (adequada) do passado com base nos indícios e dados de que disponha, mediante procedimentos metódicos controláveis intersubjetivamente. Assim, está posta a distinção entre conhecimento do passado e lembrança do passado, de modo simultaneamente complementar e concorrente. (Martins, 2007, p. 42-43).

Dessa maneira, o que pode ser interpretado da afirmação de Martins (2007) é que a própria construção da historiografia, ou da memória, não pode ser realizada sem uma relação entre a memória dos indivíduos envolvidos no fato histórico e os agentes responsáveis por distanciarem-se historicamente dele, observarem-no por diferentes ângulos. Assim sendo, é possível afirmar que a própria construção da memória tem em sua gênese uma subjetividade, ao ser feita por diferentes atores e, além disso, mantém relações com outros campos do saber além da história, como as artes. Santos (2013) entende que a presença e o dinamismo da memória nas produções artísticas afastam, ainda mais, da tarefa de rememorar e arquivar acontecimentos e, nessa esteira, dá destaque à arte literária.

Percebemos na obra *Úrsula* a reluta sobre o arquivar e o esquecer, referente ao momento histórico que foi o período escravocrata, e a memória do navio negreiro. Assim, no seguinte trecho, podemos refletir esse período, através da rememoração da personagem Susana:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida, passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de leva-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2018, p. 122).

Santos (2013, p. 20) afirma, então, que “a memória que subjaz à produção literária é resultante de um processo que envolve a relação que o homem estabelece com a natureza social, consigo mesmo e com a linguagem”. Com isso, pode-se entender que a relação entre literatura e memória se faz em diferentes níveis, pois a linguagem literária, e os seus sentidos, são realizados a partir de diferentes relações que escritores estabelecem com os elementos dos quais fazem uso ao escreverem suas obras. Assim, o texto literário funciona, para além da possibilidade de apreciação estética, como lugar de memória, enquanto mediante narradores e personagens são vislumbrados temas e fatos que, por conta da própria construção dos romances, podem ser vistos por outros ângulos. Nessa linha de raciocínio, é interessante a afirmação de Walter (2010, p. 04-05):

Textos literários, [...], funcionam como lugares impessoais de memória porque acumulam e geram significados da episteme cultural de um grupo, etnia, sociedade, nação. Esta memória acumulada e gerada mediante imagens mnemônicas não é mimética no sentido de traduzir o material memorizado de forma como atualmente

aconteceu porque o ato de representação não é natural, mas sempre manipulado por processos subjetivos de seleção e transformação. Em outras palavras, a memória é inevitavelmente discursiva e sujeita à disposição psicológica da pessoa que memoriza. Ao ser situado na rede de relações de poder que caracterizam a vivência social, os atos de memória são determinados por uma infinita série de reestruturações [...]

Diante do que é dito por Walter (2010), pode-se depreender que a memória presente em textos literários possui um caráter subjetivo que proporciona uma visão sobre determinado fato sob diferentes ângulos e matrizes pelos quais se pode avaliar tanto as causas como as consequências desse mesmo fato. Com isso, o discurso que forma a memória no texto literário possui um valor significativo tanto para a própria construção do sentido do texto quanto para a validação do fato extraliterário. Ao estar presente em romances, ganha contornos mais subjetivos que, de maneira geral, não podem ser apreendidos em uma visão histórica geral. Foucault diz que:

[...] sobre o corpo que se encontra o estigma dos acontecimentos passados, do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos [...], lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. (Foucault, 2000b, p. 22).

Observamos a presença da memória ancestral na literatura, ou, em outros termos, o aspecto memorialístico como um dos formadores do caráter literário de romances, pois faz com que temáticas estudadas de maneiras gerais, considerando seus números e resultados em larga escala no discurso da história, sejam vislumbradas a partir da visão daqueles que viveram o fato histórico ou dele foram vítimas, refletindo sobre suas memórias ancestrais. Entre os muitos temas, destacam-se a escravidão e o preconceito racial que, durante muito tempo, foram estudados apenas por um viés histórico. Porém, no decorrer do tempo, esses temas tornaram-se objeto de pesquisa em estudos literários, evidenciando, grosso modo, conforme representados nas obras literárias, tanto a questão em si da escravidão quanto suas vítimas. A afirmação de Andrade (2021, p. 514) corrobora, pois:

No campo dos estudos sobre a escravidão, há muitas aproximações com a literatura para se compreender o passado escravista. Não se trata somente de escritores de romances históricos ou de obras que remontam às memórias ligadas ao cativeiro, mas especialmente daqueles que escreveram suas prosas e seus versos no contexto no qual estavam inseridos. Constituem exemplos desse tipo de análise as interpretações que têm sido feitas sobre as obras de Machado de Assis, além de outros nomes da literatura brasileira e estrangeira. (Andrade, 2021, p. 514).

Percebe-se, então, que a memória escravagista, presente na literatura, como forma de luta contra ela ou maneira diferente de visão, se dá através da representação dessas temáticas em obras literárias e, também, por meio daqueles que produzem as obras. A escravidão no Brasil foi e ainda é dolorosa, é interessante que a subjetividade das vítimas dessa tragédia também seja colocada em perspectiva. Como é possível observar na afirmação de Andrade (2021), o fato de os produtores de literatura estarem inseridos nesses contextos em grande medida é um indício de que o vislumbre oferecido não se limita a uma constatação histórica, se configura como um modo de perceber o fato pela visão de suas vítimas.

Essa perspectiva de memória ancestral, que versa sobre o recorte de suas raízes ancestrais, é uma das principais características da obra *Úrsula*, pois o romance proporciona uma visão sobre essas temáticas que superam uma compreensão geral e oferece uma perspectiva própria dos escravizados, principalmente sobre a memória do personagem Túlio, quando ele rememora o canto de sua mãe, como pode ser vislumbrado na seguinte fala de Túlio:

[...] Entretanto, este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente, como eles, que é livre; porque a razão lhe diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! (Reis, 1859, p. 27).

O que se observa no discurso de Túlio, entre outros fatores, é haver diferentes concepções de escravidão e liberdade e a memória ancestral, pois Túlio faz referências a uma escravidão mental que não é possível de ser feita, pois ninguém a pode escravizar. Além disso, o próprio fato da rememoração da canção de sua mãe, na qual ele relembra a canção que o aproxima de suas raízes ancestrais. Jung (2013) fala sobre a mente não surge do nada, mas emerge do inconsciente, trazendo consigo o que a define como natureza humana. Assim como a composição física e genética e a formação mental, sendo o resultado de uma longa série ancestral, na qual o conteúdo é constituído pela hereditariedade mental.

Diante do exposto, é possível observar que a questão da memória ancestral relacionada aos personagens secundários, à escravidão e ao preconceito racial em *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, dota a memória de um caráter literário que, ao ser representada nas vozes de Túlio e Susana. Parafraseando Rosenfeld (2014, p. 35), em um ensaio sobre literatura e personagem, contido no livro *A personagem de ficção*, de Antônio Candido e outros, relacionando com a escrita da autora, que em sua narrativa realça os aspectos essenciais ao

apresentar os personagens, dando a eles um caráter nítido sobre a observação da realidade que possa surgir.

Os personagens negros representados na obra, caracterizam-se de “*adjetivos psicológicos e características físicas*”. Num trecho de *Úrsula*, são relatados os aspectos psicológicos da Preta Susana: “Que havia uma mulher escrava, e negra como ele; mas Boa, e compassiva” (Reis, 2018, p. 118). E os aspectos físicos da personagem, no trecho: “Trajava uma saia de grosseira tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o se corpo [...]” (Reis, 2018, p. 118). Maria Firmina dos Reis, ao publicar *Úrsula*, traz a possibilidade de verificar a verossimilhança de comparar o mundo do romance com o mundo real, e na ambiguidade das personagens, parafraseando Anatol Rosenfeld (2014, p. 67), na qual os personagens não correspondem a pessoas vivas, porém nascem das pessoas reais. Assim, a autora possui suas fixações de memórias que transporta a realidade na obra.

Conclusão

Maria Firmina dos Reis, em sua obra *Úrsula*, construiu personagens revolucionários aos quais a autora deu voz aos personagens negros, algo que não era comum à época, com isso, essa narrativa na qual os personagens negros falam sobre sua experiência com base em sua ancestralidade mostra uma importância literária e social. A autora se preocupa em apresentar os personagens negros, enfatizando o tema da escravidão com base nas memórias dos personagens.

Dessa forma, a obra *Úrsula*, possui um discurso atemporal e uma narrativa simples, que aborda vozes autênticas que erradicam o preconceito sobre a imagem do negro nas narrativas abolicionistas hegemônica do século XIX. Também, nesse sentido, a autora acrescenta um importante elemento discursivo ao romance, que resgata a memória ancestral dos afrodescendentes de uma perspectiva interna, dando voz aos negros, posto que na época escravagista os autores representavam os personagens negros permitindo voz, contudo, a narrativa aqui estudada enfatiza a identidade dos negros brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Contam que houve uma porção de enforcados. E as caveiras espetadas nos postes”: Literatura e Oralidade na revolta dos escravos de carrancas (1833). *Revista Estudos Históricos*, v. 34, n. 74, 2021.

ANDRETA, Barbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A voz e a memória dos escravos: *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. *Revista Identidade!*, v. 18, n. 2, 2013.

CANDIDO, Antônio *et al.* *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da Ficção Afro-Brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura, Política, Identidades: Ensaaios*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2005.

GOMES, Agenor. *Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil*. São Luís: AML, 2022.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JUNG, Carl Gustav. *A natureza da psique*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

KRACHENSKI, Naiara. Escravidão e Subjetividade: notas sobre o romance, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. *Itinerários — Revista de Literatura*, n. 46, p. 5161, 2018.

LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1996.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. *Revista Textos de História*, v. 15, n. 1, p. 35-48.

MENDES. Algemira de Macêdo. *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente Brasileira: Revisitando o cânone*. Brasil: Chiado editora, 2016.

MENDES. Algemira de Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da literatura Brasileira: Representação, imagens e Memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio grande do Sul, 2006.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luís: Gramada: Governador do Estado do Maranhão, 1975.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. *Revista Soletras*, n. 28, 2014.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. Literatura e memória entre os labirintos da cidade: representações na poética de Ferreira Gullar e H. Dobal. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, Recife — PE, 2013.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Florentina. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 30-39.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

WALTER, Roland. Literatura, História e Memória no Contexto Pós-Colonial. *EUTOMIA, Revista de Literatura e Linguística*, v. 1, n. 5, p. 01-11, 2010.